



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Trabalho profissional.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: UM VELHO LUGAR COM NOVAS PRÁTICAS?

NILZA ROGÉRIA DE ANDRADE ROGÉRIA NUNES¹

Resumo: Este estudo visa compreender a inter-relação entre a teoria e a prática dos Assistentes Sociais frente às demandas apresentadas pelos usuários que atuam em organizações comunitárias situadas em favelas no Rio de Janeiro. Estas se conformam como um campo de atuação que enfrenta cotidianamente diversas demandas procedentes das desigualdades estruturais que acometem os moradores desses territórios historicamente segregados. A estratégia metodológica referencia-se na pesquisa-ação. A pesquisa encontra-se em fase inicial de coleta de dados, sendo o Complexo do Alemão o primeiro lócus do estudo. Pretende-se que os resultados possam subsidiar aprendizados acerca dos desafios profissionais nesse campo de atuação.

Palavras-chave: Serviço Social, Organizações Comunitárias, Favelas, Direitos Sociais.

Abstract: This study aims to understand the interrelationship between theory and practice of social workers in the face of demands presented by users working in community organizations located in favelas in Rio de Janeiro. These are conformed as a field of action that faces daily diverse demands from the structural inequalities that affect the residents of these historically segregated territories. The methodological strategy is referred to in action research. The research is in the initial phase of data collection, with the Complexo do Alemão being the first locus of the study. It is intended that the results can subsidize learning about the professional challenges in this field.

Keywords: Social Work, Community Organizations, Favelas, Social Rights.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como eixo estruturante compreender como se dá atuação dos Assistentes Sociais em Organizações de Base Comunitária ou em instituições da sociedade civil inseridas no interior das favelas no Rio de Janeiro. Como territórios profundamente marcados pela desigualdade social, importa-nos investigar como a atuação profissional nestes espaços permeados por múltiplas contradições desenvolve sua prática em defesa e garantia dos direitos humanos e sociais dos moradores aí inseridos. Essas organizações se expressam como um espaço sócio ocupacional para atuação profissional e vem sendo campo de estágio dos alunos de Serviço Social. Neste sentido, consideramos relevante

¹Professor com formação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, E-mail: n.rogerianunes@gmail.com.

compreender o *modus operandi* dos projetos desenvolvidos por organizações dessa natureza em articulação com o projeto ético-político profissional.

Este estudo encontra-se em fase inicial, mas desejamos como objetivo geral compreender como se dá a atuação dos Assistentes Sociais inseridos em Organizações Comunitárias na garantia de direitos dos moradores de espaços populares. Os objetivos específicos pretendem: a) Identificar como compõem as dimensões do projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo na prática profissional neste campo sócio ocupacional; b) Mapear as estratégias comunitárias utilizadas pelas organizações comunitárias e pelos Assistentes Sociais nelas inseridos para a promoção e garantia dos direitos; c) Analisar como se estabelece a articulação em rede e a intersectorialidade com as políticas públicas e instâncias de controle social.

A atuação profissional tem exigido do Assistente Social habilidades para as novas formas de viabilizar o atendimento das necessidades sociais diante das desigualdades sócio históricas a eles acometidos, do desmonte das políticas sociais e da descaracterização da noção de direitos. O profissional trabalha com situações singulares, e produzir um conhecimento prático das situações que aparecem no dia a dia do seu trabalho serão importantes para nossa reflexão enquanto profissionais e no exercício da prática docente, em especial, junto à graduação, uma vez que um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é o desenvolvimento de sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano profissional.

Para tal, compreendemos que a favela é o lócus privilegiado para esse estudo, uma vez que nela ocorre um mosaico de violações que acometem aqueles que ali residem, criam seus filhos, constroem suas redes de relação e de solidariedade. A referência de cidade constituída não inclui a favela e seus moradores, mas que por sua resistência continua a se expressar contra o “apartheid” social a qual é veladamente submetida. Desde sempre sofrem os “efeitos colaterais” de um modelo de desenvolvimento de cidade competitiva, cuja descrição oficial por parte do IBGE (2013) a classifica como *aglomerados subnormais*. Nota-se, portanto, uma construção ideológica hierarquizante, onde nas áreas segregadas da cidade faltam políticas sociais efetivas, e sobra violência, desrespeito e opressão.

As negações e restrição a que estão submetidos seus moradores são múltiplas, plurais e de toda ordem. A exposição permanente aos que ali residem diante da declarada “guerra às drogas” produz como resultado a ampliação do medo e da insegurança, dentro e fora da favela; além do preconceito e discriminação a que são submetidos quando fazem referência aos seus locais de moradia.

A desatenção por parte do Estado às necessidades dos moradores que ocupam distintos territórios da cidade, perfazem o não reconhecimento da cidadania de homens e

mulheres, crianças e adolescentes, jovens e velhos. A ordem dos direitos se distingue em suas representações hierarquizadas entre classes e grupos sociais. Assim, a expressa banalização da vida nos territórios populares é o ápice da violação aos direitos fundamentais e democráticos garantidos constitucionalmente a todos e todas.

Ainda que seja preciso (re)inventar estratégias cotidianas para as vivências e convivências diante das inúmeras fragilidades a que estão submetidos os moradores das favelas, ela não se constrói somente de ausências. Dentre as muitas presenças insere-se reconhecidas *lideranças*² comunitárias ou ainda a nomeada *mulher de favela* (NUNES, 2015). Esta que não é sinônimo da mulher moradora da favela, se refere a um constructo teórico entendido como sendo coletivo por natureza, historicamente determinado e geograficamente circunscrito que se constrói a partir da década de 1990 e geopoliticamente se refere aos territórios de segregação sócio espacial que se classificam como favelas (ou são percebidos como comunidades) no Rio de Janeiro. Tem um papel protagonista nos seus locais de vida e de luta, cuja história desses lugares se entrelaça com suas trajetórias, numa atuação individual e coletiva.

São essas mulheres que protagonizam a maior parte dessas organizações comunitárias – seja como criadoras, seja como gestoras. E aí também estão muitas Assistentes Sociais no exercício do seu fazer profissional. Portanto, conhecer e reconhecer suas práticas nos importa à medida em que estas organizações são espaços de participação comunitária, de acolhimento e desenvolvimento de projetos que contribuem com a dinâmica da vida comunitária, em especial de crianças, adolescentes, jovens e mulheres.

A pouca presença das políticas públicas cede lugar a outras presenças que fazem como que o território fale de si e para si. No entanto, reconhecemos que a garantia de direitos sociais é função do Estado e que estas práticas são mediadoras de necessidades e mudanças estruturais, mas conforme destaca Iamamoto (1998) um dos maiores desafios que temos a enfrentar é “articular a profissão e a realidade já que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade”.

Considerando que as políticas sociais – cuja prerrogativa tem destaque para as políticas de saúde e assistência, mas que também pretendem o alcance das demais políticas sociais – asseguram no seu texto constitucional o atendimento às necessidades da população em sua integralidade, pretendem uma atuação intersetorial e territorializada para o desenvolvimento de suas ações, compreendemos que é o âmbito local que as estruturas setoriais devem intervir e com a participação e controle social. Assim, buscaremos

² Optamos por utilizar a palavra *liderança* italicizada por se tratar de uma expressão cotidianamente utilizada na linguagem da favela para fazer referência a uma pessoa que se destaca dos demais nos termos aqui descritos. Entendemos, no entanto, que o conceito acadêmico de liderança possui uma literatura própria que não discorreremos sobre ela no âmbito deste projeto (NUNES, 2015).

compreender como as ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais inseridos nestes espaços estabelecem e suas conexões se (co)relacionam com as políticas públicas, considerando a configuração contraditória do que ocorre nos espaços populares, cuja efetivação das políticas é insipiente.

É no território-rede, apresentado por Rogério Haesbaert (2002; 2010) e Manuel Castells (1999), e sua relação com os estudos de rede, que buscaremos observá-las a partir das estratégias comunitárias desenvolvidas por estas organizações e seus profissionais.

Pretendemos assim verificar como atuação do Serviço Social é desenvolvida no interior das favelas para enfrentamento das múltiplas desigualdades e que articulações e/ou contribuições elas produzem para a garantia de direitos dos moradores, buscando apreender a singularidade e a especificidade de cada experiência, para que possamos aprender, disseminar e reinventar.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Serviço Social nas organizações comunitárias: passado e presente

Pensar a atuação dos Assistentes Sociais em favelas nos reporta aos primórdios da profissão. Um dos primeiros estudos realizados sobre as favelas do Rio de Janeiro foi o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro no ano de 1942 com o título “Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela” (VALLADARES, 2000). Esse período assinala o início do reconhecimento da favela como parte da cidade e que reconhecia a necessidade de informações concretas para gerir a pobreza e seus espaços.

Na continuidade desse “desbravar”, nos anos de 1950 a profissão se faz presente na realização do primeiro Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal e do Censo Demográfico de 1950. Segundo Licia Valladares (2000), os autores dessa primeira produção foram jornalistas, cronistas, engenheiros, médicos, arquitetos, administradores públicos e assistentes sociais.

A pobreza vista como um entrave e uma ameaça para as áreas mais prósperas aliada a uma luta ideológica, na qual os povos “famintos” teriam mais receptividade para a propaganda comunista internacional que prosperava nesse período histórico, passou a requerer uma atuação mais direta nesses espaços. Com práticas de cunho higienista, moralista e disciplinadora, a profissão passa a integrar as categorias profissionais que atuavam no chamado programa “Desenvolvimento de Comunidade”, cujos princípios foram delineados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos anos de 1970 para que pudesse ser aplicado em escala nos países subdesenvolvidos. Enfatizava a integração da comunidade à vida nacional e sua capacitação para contribuir para o progresso do país

como um processo integral de transformação social, cultural e econômica, e como método capaz de conseguir a participação e a integração das diferentes categorias sociais nesta transformação.

De acordo com Ammann (1985) a ideologia dos interesses americanos surge como uma medida de solucionar “o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social”, isenta o trabalho social de qualquer envolvimento político e sem crítica as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais. Assim, remetia-se aos profissionais envolvidos com o programa a uma visão acrítica e aclassista (AMMANN, 1985).

O desenvolvimento de comunidade no Brasil se expressava como uma política social definida pelo poder público, tendo como pontos de apoio programas regionais e locais, com a cooperação de instituições particulares (BAPTISTA, 1979). O processo de desenvolvimento pretendia que o bem-estar deveria ser harmônico (sentido global e equilibrado), autêntico (respeita as características do país), democrático (participação consciente e livre do povo) e solidário (promoção de todos e não de alguns). Como fatores coadjuvantes, a política social era centrada na pessoa, cuja atividade particular entendida como esforço para dotar a sociedade de recursos indispensáveis a satisfação das diferentes necessidades do homem. Algumas produções do Serviço Social são documentadas, cujos autores destacam-se com a sistematização dessas experiências como Rios (1957), Ammann (1985), Baptista (1979) e Souza (2004).

Passado esse período o qual conjuga-se a ditadura civil militar e o movimento de reconceituação do Serviço Social, o trabalho nesses espaços populares também é reconfigurado. São diversas as mudanças que incidem sobre as favelas, bem como as ações públicas e não governamentais. Mudamos de século, a profissão tem outro compromisso ético-político e a atuação nas favelas e periferias deflagra novos desafios. Sobre esses que desejamos nos aproximar mais e compreender os limites e possibilidades postos ao exercício profissional dos assistentes sociais, cuja atuação em organizações comunitárias é uma marca histórica da profissão do Serviço Social, mas que vem se modificando ao longo do tempo, em conformidade com as demandas e requisições de diferentes tempos históricos.

A complexidade da realidade em meio à diversidade de expressões da “questão social” exige dos profissionais de Serviço Social atuem na realidade por meio da identificação e da apropriação crítica das demandas ora apresentadas pela população e não que respondam de modo tradicional e imediatista às demandas que lhes são dirigidas. É fundamental que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais das demandas e intervenções requeridas (FORTI; GUERRA, 2009). Assim, faz-se necessário formar profissionais críticos e propositivos que estejam

qualificados para atuar na realidade social de maneira eficaz e eficiente. Nesse sentido, pretendemos identificar como compõem as dimensões do projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo na prática profissional neste campo sócio ocupacional.

No que tange a garantia de direitos é histórica a dívida social do poder público na prestação de serviços de qualidade aos moradores dos espaços populares. Ainda que avanços sejam percebidos com o aumento da rede sócio assistencial, no acesso à educação, na ampliação das unidades de Saúde, dentre outras, é também percebido que a gestão pública não atende de forma necessária e satisfatória as necessidades manifestas. Koga (2003, p. 223) afirma que há de se constatar o domínio da política econômica sobre a política social, porque o tratamento subalterno dado às políticas no Brasil tem resultado na crescente mercantilização dos serviços tido como básicos à população, quais sejam, os do campo da saúde, da educação ou da habitação, levando a crer num processo de desresponsabilização do Estado. Assim sendo, ocupar os espaços de controle social instituído e outras formas de mobilização social, como fóruns e redes, são necessários para que se façam valer os direitos da população.

Prevista em destaque nas políticas de Saúde e Assistência Social, mas compreendida como fundamental pelas demais políticas sociais (esporte e lazer, segurança pública, habitação, por exemplo) a intersetorialidade precisa atuar de forma integrada no enfrentamento das questões cotidianas e que remetem a promoção dos direitos sociais demandados pelos cidadãos. Para além de um termo precedido de uma prática institucionalizada no âmbito das políticas públicas, o sentido de intersetorialidade se manifesta por outras presenças no conjunto da sociedade civil através de fóruns populares, de redes comunitárias, de coletivos, dentre outras.

Nesse sentido, conforme afirma Koga (2003) e Sposati (2006), o território é o lócus privilegiado para essas articulações com a presença dos sujeitos que são alvo das referidas políticas. É no interior do território-rede (CASTELLS, 1999) que se focalizam a complexidade e as particularidades de cada localidade e é na perspectiva intersetorial com participação social que se constroem caminhos em defesa da dignidade e da justiça social. Por estas inserções pretendemos mapear as estratégias comunitárias utilizadas pelas organizações comunitárias e pelas Assistentes Sociais nelas inseridos para a promoção e garantia dos direitos.

Nos importa compreender como essa relação se estabelece em consonância com as demandas sociais das comunidades populares foco desse estudo. E para além do que está orientado pela política, pretendemos identificar como as práticas e estratégias comunitárias desenvolvidas pelos Assistentes Sociais são capazes de estabelecer conexões a esta, uma vez que a dimensão comunitária se sustenta nos preceitos da autonomia, onde elas buscam

estratégias capazes de alcançar diferentes especificidades de cada território considerando suas variâncias e a capacidade de articular ações locais com políticas públicas.

Esses são alguns dos propósitos que pretendemos com essa pesquisa, que encontra-se em fase inicial e cuja sistematização e desdobramentos futuros poderão subsidiar outras práticas, outras leituras acadêmicas e outros desafios profissionais, ao mesmo tempo em que oferece novas ferramentas para uma atuação do profissional de Serviço Social mais pautada no fortalecimento dos espaços de resistência positiva, com novas estratégias para o enfrentamento das desigualdades. Apesar disso, são poucas as produções científicas sobre essa temática na atualidade. É sobre isso que desejamos refletir, sistematizar e disseminar.

2.2 A favela como local de (re)existência

O mosaico de desigualdades expresso na cartografia urbana revela disputas econômicas, políticas e sociais que fazem parte da história da cidade. A *favela*, o *morro*, o *território*³ ou a *comunidade*⁴ são espaços populares que ocupam o solo urbano da cidade do Rio de Janeiro que conta histórias de negação, preconceitos, violência e discriminação.

Políticas assistencialistas, oportunismo político, remoções e resistência marcam períodos que definem a *favela* enquanto um constructo sócio-político repassado por indagações e controvérsias, que hoje está inter-relacionado com os demais espaços urbanos, em sua permanente luta por reconhecimento social. Contudo, para contextualizar esse *lugar de enunciação* é importante que se lembre que estamos falando de cerca de 1025 favelas na cidade do Rio de Janeiro (IBGE, Censo 2010; IPP/DIG, Cálculos, 2013). E, ainda, que a este número não se somam outros espaços da cidade denominados “conjuntos habitacionais” ou “bairros populares”, que possuem características semelhantes às que definem as favelas hoje.

³ O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi (SANTOS, 2006, p. 96).

⁴ O termo é apropriado pelos próprios moradores como ressignificação para a identificação da favela, muito relacionada à conquista de melhorias de bens e serviços. Comunidade parece significar um grupo organizado de pessoas, definido socialmente num território, sem uma pré-definição do tamanho, mas que tenha certa “coesão” enquanto grupo, no sentido de pertencimento a um local, ou seja, um grupo territorialmente localizado e com um interesse comum. Sendo assim, vamos entender comunidade por um conjunto de pessoas com interesses mútuos, que vivem no mesmo local e se organizam dentro de um conjunto de normas, que têm o mesmo governo e estão imanados por uma mesma herança cultural e histórica. Seu uso pode ainda expressar o reconhecimento e valorização do patrimônio material e das relações sociais estabelecidas entre a vizinhança, funcionando como um instrumento simbólico de moralização do espaço de moradia (WEBER, 1999 *apud* FERNANDES, 2009, p.377).

Compreendemos que as favelas constituem moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integradas a este, sendo, todavia, tipos de ocupação que não seguem aqueles padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades. Estes modelos, em geral são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos culturais vinculadas a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso (SILVA, 2009, p. 21).

É de conhecimento público que no contexto das favelas cariocas a violação de direitos é estrutural e onipresente. A insuficiência dos serviços públicos deixa seus moradores à margem de ações concretas para o suprimento de necessidades essenciais. Tornam-se ainda vulneráveis à ação exercida pelos grupos armados que controlam estes territórios e à violência policial sistêmica, expressa no *modus operandi* pelo qual se apresenta e representa para os moradores desses espaços populares e que carrega na histórica a marca da desigualdade, estereotipada como “classe marginal”.

A dimensão da vida cotidiana é sempre atravessada pela interferência de um conjunto de fatores que incidem na vida dos moradores e em suas práticas sociais, na circulação de pessoas, incluindo-se aí os de dentro e os de fora da favela, e que possibilita que essa se torne mais ou menos acessível à cidade através de suas fronteiras simbólicas.

A crescente responsabilização da pobreza pelas mazelas da realidade contemporânea, apoiada pela “fabricação” por parte da mídia de um medo generalizado pode ser corroborada com a argumentação de Cavalcanti *et al.* (2005) e Machado (2007), quando abordam que a responsabilização do perigo é atribuída genericamente ao pobre, representado em nossa realidade pelo seu local de moradia (a favela). Materializa-se o medo difuso que acomete as camadas média e alta da população e se atribui à favela e à totalidade de sua população, indiscriminadamente, a responsabilidade pelos altos índices de criminalidade e insegurança vividos na cidade – e como se sabe, são resultantes de processos bem mais complexos.

As iniquidades sociais comprometem a cidadania e a democracia, uma vez que a desigualdade social atinge os limites da brutalidade e suas manifestações, explícitas ou veladas, se expõem através do racismo, da homofobia, da intolerância religiosa e de outros preconceitos. Traz ainda como efeitos sociais sobre o funcionamento e a confiança no processo democrático, no governo e suas instituições. Assim, tornam-se ainda mais vulneráveis a violação dos direitos humanos, uma vez que “esses são para os ‘humanos direitos’, não para os desviantes ou os socialmente desiguais” (OLIVEIRA, 2003).

O segregacionismo social expõe no morador das favelas e das regiões de periferia, para além das questões supracitadas, o sentimento de vulnerabilidade amplificado pela convivência com o controle armado do território e apropriado pelo crime-negócio. Tornam-se

alvos de repressão policial, além de acréscimos de práticas criminosas corrompidas por agentes públicos. Nestes espaços geográficos, somam-se a esses domínios preconceitos profundamente arraigados, além da violência promovida pelo Estado com a insuficiência de políticas públicas que garantem aos moradores acesso digno aos direitos sociais, contribuindo assim para a erosão da cidadania.

2.2.1 Primeiros passos: o Complexo do Alemão

Conforme já explicitado anteriormente, esse estudo encontra-se em seus passos iniciais. Assim, definimos como ponto de partida o Complexo do Alemão, por considerarmos que este complexo de favelas possui uma marca histórica na cidade, termos acesso e ser um dos campos de estágio para alunos da graduação em Serviço Social.

Localizado na Serra da Misericórdia, o Complexo do Alemão contradiz-se na sua própria configuração na cidade. De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP) é um bairro inserido na XXIV Região Administrativa, mas por esse mesmo instituto, ainda hoje é considerado o segundo maior complexo de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Segundo dados da UPP Social⁵ e do Sistema de Assentamento de Baixa Renda (SABREM) do IPP, o complexo é composto por 15 comunidades. No entanto, moradores e organizações comunitárias não reconhecem algumas dessas nomenclaturas atribuídas pelas fontes oficiais, ao mesmo tempo em que fazem o reconhecimento geográfico de outras favelas pertencentes ao Complexo (Morro dos Mineiros, Primavera, Palmeirinhas, Esperança, Casinhas, entre outros).

Contradiz-se também sobre sua população. Segundo o Instituto Pereira Passos (com base em IBGE, Censo Demográfico, 2010) a população do Complexo é de 60.555 distribuídos em 8.226 domicílios⁶, dados esses contestados por todas as Associações de Moradores locais que afirmam que a população do Complexo ultrapassa 200 mil moradores. Dentre as comunidades, Nova Brasília é a mais populosa, com 18.744 pessoas, o que corresponde a 31% da população das comunidades do complexo (UPP Social, 2013).

Historicamente conhecido pela violência o Complexo possui diversas organizações de base comunitária, vários coletivos, 17 associações de moradores, dentre outras formas de organização. No entanto, todas as características supracitadas sobre as favelas cariocas se fazem presente nesse território popular.

3 O mapa do caminho: primeiros passos no Complexo do Alemão

⁵ Fonte: <http://www.uppsocial.org/territorios/complexo-do-alemao/> Acesso em: 13/01/2015.

⁶ Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/> Acesso em: 13/01/2015.

Este trabalho será realizado através de uma pesquisa qualitativa, uma vez que esta se constitui num conjunto de práticas materiais e interpretativas que envolvem uma variedade de materiais empíricos, incluindo notas de campo, entrevistas, observações, grupos focais, dentre outros.

Como referencial metodológico utilizaremos a pesquisa-ação, uma vez que seus fundamentos possibilitam uma compreensão dos significados e das interpretações decorrentes da “linguagem dos atores, nas situações investigadas, na construção das análises, na exposição e no uso dos resultados nas práticas sociais” (THIOLLENT, 1996). A pesquisa-ação parte da perspectiva de que um processo de mudanças se revela mais eficaz com a participação das pessoas à procura de soluções. A elaboração e a partilha dos conhecimentos ocorrem em relações de convivência que incitam, ao mesmo tempo, o pesquisador a coletar os conhecimentos derivados da ação e o ator a contribuir diretamente para a produção do conhecimento. A principal bibliografia utilizada nesse estudo, na proposição de estratégias e análise dos dados estará orientada por: Thiollent (1996); Bosco Pinto (1989) Desroche (1990) Morin (2004).

Pretendemos analisar e dar visibilidade a atuação dos Assistentes Sociais inseridos em organizações comunitárias, bem como ampliar a reflexão acerca da relação teoria-prática no Serviço Social a partir da experiência em um espaço sócio ocupacional marcado por acentuada desigualdade social. Assim, estamos iniciando nossa caminhada, levantando dados e realizando as primeiras entrevistas. Assim, ainda não produzimos resultados e discussões, mas as reflexões iniciais aqui compartilhadas.

4 CONCLUSÃO

Nesse complexo cenário supracitado, seja o das favelas do Rio de Janeiro, ou mesmo o lócus inicial desse trabalho que é o Complexo do Alemão encontra-se Assistentes Sociais atuando profissionalmente e também como supervisores de estágio. E no âmbito da motivação para este estudo se inscreve a reflexão de Guerra (2008), cujo processo de trabalho é compreendido como “um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas”. Cabe aqui destacar que a realidade social não é coadjuvante na atuação profissional, ao contrário, é necessário assim desvendá-la / conhecê-la para que haja um exercício profissional competente, crítico e criativo.

Em acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) encontra-se no seu art. 4º como competências do Assistente Social no “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta,

empresas, entidades e organizações populares” dentre outras atribuições que são convergentes e sinérgicas a atuação nestes espaços comunitários. Assim, consideramos interessante e propício investigar a atuação da (o) Assistente Social em espaços populares, num cenário em que as condições de vida são derivadas da pouca presença do Estado e, ao mesmo tempo, estão criando novas formas de resistências e de modo próprio de vida.

Compreendemos que o processo de formação e intervenção das Assistentes Sociais deve ser permanente e contínuo, pois as mudanças em curso requerem um profissional com capacidade crítica e propositiva e com sólido embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, para que disponha de possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas às demandas urgentes postas pela população atendida por meio das organizações sociais. Assim, sistematizar a prática torna-se fundamental para que se reflita sobre a atuação profissional.

Sendo este um espaço desafiador para a atuação profissional, caberá as nossas reflexões e aprendizados, algumas proposições para o fortalecimento do projeto de formação profissional que, segundo Yamamoto (1998) compreende as dimensões *teórico-metodológica* no campo das grandes matrizes do pensamento social permitirá a descoberta de novos caminhos para o exercício profissional; a *dimensão ético-política*, cujo desafio pode ser considerado pela natureza *política*, que implica o engajamento político nos movimentos organizados da sociedade e nas instâncias de representação da categoria; e *ético*, quer dizer, o desafio é a defesa e, principalmente, a incorporação dos princípios do Código de Ética Profissional em uma sociedade que convive com práticas homofóbicas, xenofóbicas, bem como de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Por fim, a *dimensão técnico-operativa* que requer uma inserção qualificada nos espaços sócio ocupacionais e, conseqüentemente, nos diferentes processos de trabalho.

Para o Serviço Social acreditamos que podem ser muitos os ensinamentos, quando se pretende buscar experiências e práticas sociais que se colocam no enfrentamento às expressões manifestas pela organização societária hoje em pauta, considerando o arcabouço teórico da profissão baseado na teoria social crítica. O trânsito de práticas assistencialistas para práticas emancipadoras pela via da tomada de consciência política, pela mobilização e participação comunitária podem gerar aprendizados substanciais para a prática profissional quando o projeto de cidade está em pauta. À medida que se coloca o foco na favela, se focaliza também a complexidade da vida nos espaços de pobreza.

5 REFERENCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **O Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

AVELAR, Celso. **Formação de Redes pelas Organizações Sociais de Base Comunitária para o Desenvolvimento Local: Um Estudo de caso da Cidade de Deus**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Coppe, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venancio Matter. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
Acessado em 17/07/2017.

DESROCHE, Henri. **Pesquisa-ação: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa**. Tradução de Michel Thiollent. Paris: Editions Ouvrières, 1990.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> Acesso em: 9 ago. 2017.

FONSECA, Denise, PAGNOCELLI, Daniela Santos Machado & MAGALHÃES, Monique Lomeu. Feminização do Poder. **Revista Praia Vermelha** – Estudos de Política e Teoria Social, PPGSS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2008.

FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?” In FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda (org). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**, Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 62, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 72, 2002.

_____. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, pp. 545-91, set./dez. 2007. Disponível em
<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MORIN, Andre. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada**. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 239-265, jan./jun. 2003.

PINTO, João Bosco Guedes Pinto. **Pesquisa-ação: detalhamento de sua sequencia metodológica.** Grupo de Capacitação Regional do Projeto Sudene/ PNUD. Recife, 1989.

RIOS, José Arthur. **Educação dos Grupos.** São Paulo: ed. EPU, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 2006.

SILVA, Jailson Souza (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 6. ed. São Paulo: ed. Cortez, 1999

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.